



OS AVANÇOS E RETROCESSOS DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NOS GOVERNOS LULA (2003-10) E BOLSONARO (2019-)

Maria Clara Andrade Bueno, discente de graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento
Rafael Balardim, docente, Universidade Federal do Pampa

mariabueno.aluno@unipampa.edu.br

Desde o reconhecimento da República Popular da China (RPC) pelo Brasil, em 1974, as relações entre os dois países foram continuamente frizadas por tentativas de aproximação e momentos de recuo, a serem reforçados por desafios e condicionantes domésticos e internacionais. O enquadramento mundial do início do século XXI é caracterizado, sobretudo, pelo enfraquecimento da liderança ocidental ao passo que o *status* hegemônico dos Estados Unidos se vê ameaçado pela emergência de atores periféricos — por meio do crescimento econômico e da cooperação Sul-Sul — até então subestimados pelas forças do Ocidente. Dentro dessa conjuntura, é inequívoco que a RPC assume posição central no rol de potências em ascensão. Em pouco mais de três décadas, a China passou de um Estado com atuação modesta e relevância relativamente baixa no Sistema Internacional a um importante sustentáculo no cenário mundial que aos poucos se constrói, exercendo um papel crescentemente decisivo na política e economia globais. Em um curto período de tempo, o dragão asiático estabeleceu relações mais estreitas com a América Latina e se tornou, em 2009, o principal parceiro comercial do Brasil, findando um longo histórico de preponderância estadunidense no comércio exterior e na agenda de política externa brasileiros. Posto isso, a presente pesquisa se propõe a compreender, por meio da análise dos objetivos de política externa dos governos Lula (2003-10) e Bolsonaro (2019-), como se deu o desenvolvimento das relações sino-brasileiras no início do século XXI, com enfoque particular nas relações diplomáticas e de cooperação comercial. A fim de assimilar como e por quê tais relações foram permeadas por momentos de aproximação e retração, este trabalho valeu-se de levantamentos bibliográficos e de produção acadêmica e da análise de documentos oficiais, dados estatísticos, tuítes e reportagens jornalísticas. Para tal, foi utilizado como metodologia o método observacional em conjunto com a pesquisa explicativa, além de uma abordagem metodológica de natureza qualitativa. A ascensão de Luiz Inácio “Lula” da Silva à Presidência da República indicou a gênese de um novo momento político brasileiro. No que tange à política externa de seus governos, o contexto de autonomia por diversificação e ampliação de parceiros, pautado na centralidade do multilateralismo e do terceiro-mundismo, configurou um cenário propício para o estreitamento dos vínculos do Brasil com a China, cuja parceria assumiu papel de destaque. Desde o início do mandato presidencial de Lula, a formulação da política externa de sua gestão se mostrou focada em alçar o Brasil como um *global player* nos âmbitos político e econômico. Desta forma, a parceria com a China, uma ascendente potência em constante e crescente desenvolvimento, pareceu, ao governo brasileiro, um meio de oportunizar o alcance de objetivos comuns. Ainda que nessa lógica o Brasil se insira dentro do projeto estratégico de expansão global chinesa, infere-se

que aquele foi capaz de angariar benefícios, em especial na dimensão do comércio. Os números das relações econômico-comerciais sino-brasileiras durante os governos Lula salientam que a China tem conquistado, cada vez mais, um espaço central no comércio exterior brasileiro. A RPC ultrapassou os EUA e se tornou o principal parceiro comercial do Brasil em 2009, quando o fluxo de comércio bilateral alcançou US\$36,1 bilhões. Todavia, desde a eleição de Jair Bolsonaro, o discurso agressivo, xenófobo e racista voltado à China foi aflorado, causando a erosão da parceria sino-brasileira. A relação bilateral, paulatinamente construída ao longo de mais de quatro décadas, desmorona-se diante das controversas declarações de Jair Bolsonaro, Ernesto Araújo e outras faces conhecidas da gestão vigente a respeito da potência asiática, desde acusações de espionagem com a tecnologia 5G até denúncias de que a China teria produzido o Coronavírus (COVID-19) e estaria se beneficiando da pandemia. No entanto, o relacionamento comercial testemunhou o processo inverso. A corrente de comércio alcançou US\$101,7 bilhões em 2020, o que demonstra que a tensão diplomática não transbordou para o âmbito comercial. Entende-se, portanto, que o governo Lula compreendeu a urgência de delegar maior atenção a atores periféricos fora da órbita ocidental, encontrando na diversificação de parcerias e no multilateralismo caminhos para a conquista de autonomia e reconhecimento internacionais e a concretização dos interesses nacionais. A ascensão de Bolsonaro, todavia, reflete uma ameaça ao patrimônio sino-brasileiro construído e aperfeiçoado em duas décadas de parceria. A direção exclusivamente ideológica e aparentemente sem rumo do governo vigente no Brasil, reproduzida em forma de reações ofensivas à China, pode resultar no isolamento diplomático do país e em eventuais consequências econômico-comerciais, em vista do crescente projeto chinês de diversificação de parceiros e importações.

Agradecimentos: o presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Federal do Pampa.

Palavras-chave: Brasil-China; Lula; Bolsonaro.